



Cultura Digital, Esfera Pública e Educação

Luiz Roberto Gomes
Brasil / Universidade Federal de São Carlos – UFSCAR
Dep. Educação e Programa de Pós-graduação em Educação
E-mail: luizrgomes@ufscar.br

Luiz Roberto Gomes é doutor em Educação na área de Filosofia, História e Educação pela UNICAMP e licenciado em Filosofia pela PUC-Campinas. Autor de livros, capítulos de livros, artigos publicados em periódicos nacionais e internacionais. Atualmente é professor adjunto IV do Departamento de Educação da Universidade Federal de São Carlos - UFSCAR, professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação PPGE/UFSCar (mestrado e doutorado) e professor colaborador do Programa de Pós-graduação Profissional (mestrado) da UFSCar. É líder do Grupo de pesquisa "Teoria Crítica e Educação" (UFSCar/CNPq) e membro pesquisador doutor do grupo de pesquisa "Teoria Crítica e Educação" - UNIMEP / CNPq. Os projetos de pesquisas em andamento versam sobre a seguinte temática "teoria crítica, política e formação".

Resumen - Resumo - Abstract

Esse artigo aborda, no contexto da denominada cultura digital, o tema da formação e as implicações políticas do movimento de expansão da EaD no Brasil. Para além dos avanços, em termos de democratização do acesso à informação pela mediação das tecnologias de informação e comunicação (TIC), que devem ser reconhecidos como um esforço de disseminação de uma determinada "cultura política", isso não significa necessariamente, tal como nos lembra Habermas (2003b), que a participação política efetiva do cidadão esteja assegurada, sobretudo em função da desarticulação recorrente entre a esfera pública política e a sociedade civil. Que interesses estariam por trás desse fenômeno de

Este artículo aborda, en el contexto de la llamada cultura digital, el tema de la educación y las implicaciones políticas de la expansión del movimiento de educación a distancia en Brasil. Además los avances en términos de democratización del acceso a la información a través de la mediación de las tecnologías de la información y la comunicación (TIC), deben ser reconocidos como un esfuerzo de difusión de una cierta "cultura política", esto no significa necesariamente, como recuerda Habermas (2003b), que la participación política efectiva de los ciudadanos esté asegurada, sobre todo dada la desconexión demandante entre la esfera pública política y la sociedad civil. ¿Qué intereses estarían detrás de ese fenómeno de

In the context of the so-called digital culture, this paper discusses the issue of education and the political implications of the distance learning expansion movement in Brazil. In addition to the advances in the democratization of the access to information through the mediation of information and communication technologies (ICTs), which should be recognized as an effort to spread a certain "political culture", this does not necessarily mean, as Habermas (2003b) recalls, that the effective political participation of citizens is assured, especially in light of recurrent dislocation between the political public sphere and civil society. What are the interests behind the phenomenon of digitization of culture? And what is the purpose of education in

digitalização da cultura? E ainda: qual seria a finalidade da educação nesse novo contexto cultural? A cultura digital, como expressão da vida social contemporânea, gera mudanças estruturais, não só na forma de transmissão e acesso à cultura, mas no próprio conceito e na atitude perante a cultura, com implicações políticas decisivas para a formação, o que nos faz refletir, por exemplo, sobre as diferenças entre as concepções de formação presentes na cultura clássica da Paideia grega, na cultura moderna da Bildung e no modelo educacional cada vez mais subserviente às TIC que temos hoje.

La digitalización de la cultura? Y de nuevo, ¿cuál sería el propósito de la educación en este nuevo contexto cultural? La cultura digital, como una expresión de la vida social contemporánea, genera cambios estructurales, no sólo en la forma de transmisión y acceso a la cultura, sino en el concepto mismo y la actitud hacia la cultura, con implicaciones políticas decisivas para la formación, que nos hace pensar por ejemplo, sobre las diferencias entre los conceptos de formación presentes en la cultura clásica griega de la Paideia, en la cultura moderna de la Bildung y en el modelo educativo, cada vez más subordinado a las TIC, que tenemos hoy.

this new cultural context? As an expression of contemporary social life, digital culture generates structural changes, not only in the form of transmission and access to culture, but also in the very concept and attitude towards culture, with decisive political implications for education. That leads us to think, for example, about the differences between the concepts of education present in the classical Greek Paideia culture, in the modern culture of Bildung, and in the contemporary educational model increasingly subservient to the ICTs we now have.

Essa é uma versão revista e ampliada do artigo “Cultura Digital e Formação: implicações políticas do movimento de expansão da EaD no Brasil” publicado no Vol. 23, N.57 (2013) da Revista Impulso.

Palavras-chave: Cultura Digital; Política; Formação

Palabras Clave: Cultura digital; Política; Formación.

Keywords: Digital culture; politics, education.

Financiamento: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES

Recibido: 16/04/2013

Aceptado: 30/01/2015

Para citar este artículo:

Gomes, L. (2015). Cultura Digital, Esfera Pública e Educação. *Ixthli. Revista Latinoamericana de Filosofía de la Educación*. 2(3). 129-145.

Cultura Digital, Esfera Pública e Educação

Introdução

Em face do fenômeno recente de digitalização da cultura, o objetivo principal desse artigo é introduzir uma reflexão, notadamente a partir do conceito de esfera pública, sobre os desafios a serem enfrentados pela educação na era da cultura digital.

O extraordinário avanço tecnológico das últimas décadas tem produzido um contínuo processo de mudança em todos os setores da sociedade. Refiro-me a Revolução Digital estabelecida pela forma de criação e processamento dos códigos digitais universais sobre os elementos da vida individual ou coletiva, e da realidade empírica que se torna hoje virtual. Tal revolução tem exercido um conjunto de mudanças nas diversas formas de percepção e interação humana.

Estamos sendo afetados pelo crescente uso que fazemos das tecnologias digitais, muitas vezes sem a devida reflexão crítica de suas consequências. Tal ação de subserviência, inclusive dos processos educativos formais, nos moldes da Servidão Voluntária descrita no século XVI pelo filósofo francês La Boétie, tem gerado um consequente processo de transformação de nossas ações, sejam elas individuais ou coletivas.

Isso quer dizer que o indivíduo, a sociedade e as instituições também são impactados por essa nova visão que passamos a ter do mundo e de nós mesmos. Trata-se de uma nova ontologia, com forte poder de intervenção e que encontra nas novas mídias digitais um novo conteúdo de interação social (Negt e Kluge 1999 e Martins 2010).

A cultura digital, como expressão da vida social atual, tem gerado mudanças estruturais não só na forma de transmissão e acesso à cultura, mas no próprio conceito e na atitude que temos em relação a mesma, com implicações políticas decisivas para a formação. Isso nos faz refletir, por exemplo, nas diferenças entre as concepções de formação presentes na cultura clássica da Paidéia grega, na cultura moderna da Bildung, e no modelo educacional atual, cada vez mais subserviente às novas tecnologias digitais que temos hoje. A esse respeito, a análise empreendida por Theodor Adorno na primeira metade do século XX, sobre a crítica à Sociedade Administrada e à Indústria

Cultural, e um pouco mais tarde sobre a generalização da *Halbbildung* (semi-formação), nos parece ainda muito atual e procedente. Acrescente-se ainda a falta de compreensão clara e crítica sobre o status político da inclusão das tecnologias digitais, como forma de comunicação, de formação, de produção e de interação social.

A análise dos pressupostos políticos da cultura digital, enquanto instância formativa, assume um caráter crítico nessa reflexão, no sentido de se explicitar as ambiguidades decorrentes da tensão entre os processos de adaptação a essa nova cultura e as possibilidades de resistência inerentes à vida social.

A título de ilustração, e no caso específico dos processos formais de ensino e aprendizagem, se focarmos o nosso olhar para o movimento recente de expansão da Educação à Distância (EaD) no mundo, na América Latina e no Brasil encontraremos, sem sombra de dúvida, um campo muito fértil de pesquisa para as análises no âmbito da Teoria Crítica da Sociedade, principalmente, se considerarmos o poder de intervenção que as novas tecnologias digitais exercem no âmbito da constituição de uma nova ontologia cultural, com mudanças significativas na forma dos seres humanos se relacionarem entre si e com esse novo ambiente social de ensino e aprendizagem que se materializa.

Nesse contexto de reflexão, que interesses estariam por trás do fenômeno de digitalização da cultura? O que muda na esfera pública? E ainda, qual seria a finalidade da educação nesse novo contexto cultural?

A hipótese de trabalho que orienta essa reflexão pressupõe que a cultura digital, em pleno processo de consolidação, está consubstanciada por uma ideologia muito potente, com o apoio político dos setores econômicos da sociedade, potencializada pela racionalidade técnico-instrumental e que exige, quase que obrigatoriamente, a adaptação do indivíduo à cultura digital como uma questão de sobrevivência ao sistema. O caso específico da inclusão de tecnologias digitais no processo formativo figura-se como uma das vertentes de expressão de uma política social mais ampla, e que considera o desenvolvimento tecnológico e econômico, como algo unidimensional. A esfera pública, enquanto espaço legítimo da vida social, também é impactada por tais mudanças, tanto do ponto de vista da adaptação, como nas instâncias possíveis de resistência a esse novo modelo cultural.

1. Cultura Digital e as Formas Digitais de Educação

O processo de constituição da cultura digital, e que exerce uma força política decisiva na formação de um novo ambiente social, é resultado de um conjunto de ações, que se utiliza da mediação das tecnologias digitais, como marca social do nosso tempo. A esse respeito, e com o intuito de problematizar a questão, cabe destacar as análises desenvolvidas por Adam Schaff (1985) na Sociedade Informática; por Pierry Lévy (1996 e 1999) com a explicitação dos conceitos de Mundo Virtual e Cibercultura; por Manuel Castells (1999) na Sociedade em Rede; por Mateu Cabot (2007a e 2007b) na Cultura Audiovisual e na Cultura Digital de Massas, e ainda as considerações de Christoph Türcke (2010) sobre a Sociedade Excitada.

O filósofo espanhol, Mateu Cabot observa que:

O elemento de distinção da nossa cultura é ser audiovisual. O meio dominante e emergente é o audiovisual. O meio de comunicação, de intercâmbio simbólico, de criação de outras realidades, para além da realidade imediata, já não é o oral como foi durante milhares de anos. Tão pouco a escrita, ainda que continue bastante presente. O que pudemos observar ao longo do século XX, foi a emergência de uma cultura audiovisual e sua progressiva imposição. É a cultura (e a arte) de uma sociedade de massas e tecnificada. Quase 80 anos depois da publicação da “obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica de Benjamin”, as transformações não deixam de suceder-se, cada vez com mais potência e amplitude, direcionada a maioria da população, e não somente para uma minoria culta, para qual existia essa cultura. Com isso, temos finalmente, que a estética hoje, entendida como análise filosófica de âmbito poético, é um bom instrumento para abordar o núcleo do que hoje é a Realidade (Cabot, 2007a, p.3)

Decorre da análise acima a importância de investigarmos a influência transformadora dos novos meios digitais sobre a experiência (cognitiva, estética e política) e que passam a definir novas formas de percepção das noções de espaço, tempo e interação entre o real e o virtual.

Em termos de novas linguagens, por ocasião da revolução digital, Edméa Santos (2010) considera, no artigo “educação online para além da EAD: um fenômeno da cibercultura”, que o fundamento desse contexto de mudanças emerge do desenvolvimento das tecnologias digitais de informação e comu-

nicação, que se caracterizam por uma nova forma de materialização, em que os bits – códigos digitais universais - passam a ser a principal linguagem de circulação das informações. Trata-se, conforme Castells (1999), de uma Revolução Digital, em que:

... a informação representa o principal ingrediente de nossa organização social, e os fluxos de mensagens e imagens entre as redes constituem o encadeamento básico de nossa estrutura social (Castells, 1999, p. 505).

O que podemos constatar, de forma inequívoca, é a constituição de uma nova cultura, fortemente influenciada pelas tecnologias digitais, e que tem como característica essencial a estrutura de rede como fundamento desse novo modelo de organização social. A esse respeito, a obra de Manuel Castells, “A Sociedade em Rede” de 1999, pode ser tomada aqui como uma referência.

Castells (1999) ressalta, desde meados da década de 80 do século XX, que os microcomputadores não poderiam ser concebidos sem atuarem em rede, o que traria uma mobilidade cada vez maior, com base nos computadores portáteis. Assim, vemos que as redes de computadores se expandiram e as tecnologias digitais surgiram como infra-estrutura do ciberespaço que se constitui como novo espaço de comunicação, sociabilidade, informação e conhecimento (Lévy, 1999).

A informação digital que também pode ser caracterizada como virtual, na medida em que só pode ser acessada por meio de uma forma virtual de exibição, transforma uma informação em uma combinação numérica (a linguagem binária, sob a forma de zero e um). O forte poder de interação entre as diferentes classes de informação, imagens, textos e sons ocasionaram uma grande transformação na forma de organização da sociedade, que passou a definir novas possibilidades de interação, aprendizagem e comunicação.

Trata-se de uma nova realidade, a virtual, que é caracterizada por Pierre Lévy como “(...) toda entidade capaz de gerar diversas manifestações concretas em diferentes momentos e locais determinados, sem, contudo estar ela mesma presa a um lugar ou tempo em particular” (Lévy, 1999, p. 47).

O interesse econômico, como expressão do modo de produção globalizado e fundamentado pelo argumento da inovação também marca profundamente o desenvolvimento das tecnologias digitais, conferindo-lhes uma alta capacidade de armazenamento e processamento de informações, o que altera e muito o sistema produtivo, sobretudo, em termos de otimização do tempo. Tais

mudanças corroboram a razão de ser do mercado, em que o grande objetivo, é antes de qualquer outra coisa, a eficiência, a velocidade da produção e comercialização dos produtos, e principalmente o lucro.

Esse processo de aceleração do mundo digital também exerce uma influência decisiva na velocidade da veiculação das informações, com mudanças no modo de ser das pessoas. As transformações estão ocorrendo num ritmo tão acelerado, bem diferente, por exemplo, do tempo de constituição dos processos de aprendizagem escolar, ou da transmissão dos valores familiares na tradição oral, que passam a ser, no mínimo objeto de preocupação, a ponto de Christoph Türcke (2010) caracterizar esse novo momento que estamos vivendo, de Sociedade Excitada, sobretudo, na constituição de um novo conceito de sensação e de vício perante os usos que fazemos da tecnologia e das imagens.

A educação à distância (EaD), sobretudo no modelo mais recente de Educação Online (Silva, Pesce e Zuin, 2010), que se serve das tecnologias digitais e da mediação dos Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVAs), também é uma expressão importante dos processos de formação da cultura digital. Independentemente do contexto político de implantação dessa modalidade de ensino, há uma racionalidade educativa que precisa ser pensada criticamente. A título de exemplo, conforme a análise de Silva Jr, Kato e Santos (2010):

A EaD põe-se como uma prática instrucional entre diferentes sujeitos, mediada por tecnologias de informação e comunicação com foco no processo de ensino-aprendizagem, num contexto tal em que a objetividade social apresenta um horizonte de possibilidades orientado pela racionalidade mercantil produzida pela mudança nas estruturas sociais, resultado do processo de reformas que se assistiu no país na segunda metade da década de 1990, especialmente as do Estado e da Educação. (Silva Jr, Kato e Santos, 2010, p. 50).

Nara Pimentel no artigo, “A Educação Superior a Distância nas universidades públicas no Brasil: reflexões e práticas”, publicado em 2010, também argumenta que o processo de expansão da modalidade EaD nas Instituições de Educação Superior no Brasil é resultado de políticas educacionais que tentam ajustar a realidade do país, conforme o desenvolvimento das políticas econômicas e culturais mais amplas implementadas no contexto do mundo globalizado.

Conforme a consistente análise de Fiori (1995), no artigo “Globalização, Estados Nacionais e Políticas Públicas”, nos anos 1990, em face do processo de mundialização do capital, tanto no campo geográfico, como no social, o Consenso de Washington empreendeu a produção de um ajuste econômico mundial. Em termos gerais, isso quer dizer que a globalização e o neoliberalismo exerceram um forte poder de intervenção política no metabolismo social mundial, impondo um movimento de profundas reformas, na economia, na política e nas instituições sociais, especialmente na educação formal.

Agora, quais as implicações políticas decorrentes desse fenômeno recente de digitalização da cultura? O estímulo à interatividade, pelo modelo digital de uma sociedade em redes, impacta a esfera pública, dando a ela um novo status político? Como diria Laymert dos Santos: “É preciso colocar a tecnologia no centro e começar a discutir politicamente o que ela faz, o que ela é, o que ela pretende, o que faz conosco e o que nós fazemos com ela” (Santos, 2003, p. 6).

2. As Redes Sociais Digitais no contexto da Esfera Pública

O conceito de esfera pública, tal como o conhecemos hoje, nos remete necessariamente a tese de livre docência de Jürgen Habermas, apresentada à Faculdade de Filosofia de Marburg em 1961, e que foi posteriormente publicada sob o título “Mudança Estrutural da Esfera Pública”.

Essa pertinente tese de Habermas, além de explicitar os diversos sentidos atribuídos aos conceitos de público e privado, analisa também, no contexto da sociedade burguesa do século XVIII, as mudanças estruturais (políticas, econômicas e culturais) que modificaram o próprio sentido da esfera pública, enquanto função de legitimação das diversas instâncias que compõem vida social.

Habermas identificou, nos propósitos da classe burguesa emergente, a defesa de um ideal de acessibilidade universal, de superação dos privilégios de uma cultura de elite pela via da legitimação racional. Quando Habermas retratou a primeira mudança estrutural da esfera pública e sua passagem dos cafés para os jornais; a burguesia estava se constituindo e encontrou na imprensa grande apoio para seus interesses econômicos e suas ambições políticas.

Segundo os estudos mais recentes de Habermas, ainda hoje a esfera pú-

blica continua sendo o espaço público propício ao discurso racional e crítico, enquanto instância de legitimação do poder político. Entretanto, vários acontecimentos na sociedade civil, contrapostos ao Mercado e ao Estado, fizeram com que a ação política assumisse um novo sentido Habermas (2003a, 2003b e 2005).

Assim, a esfera pública passa a ser fundamentada por uma compreensão de ação política que pressupõe a distinção necessária entre os domínios administrativo e comunicativo que envolve o sistema político como um todo, de modo que o poder administrativo só pode funcionar de maneira legítima se for alimentado constantemente pelos fluxos comunicativos contidos na esfera pública, nas associações e na esfera privada. Sabemos, no entanto, que a abertura do sistema político ao mundo da vida não ocorre de forma espontânea, devido às formas dominantes de resistência dos interesses institucionais corporativos, que acabam distorcendo todo o processo político.

No âmbito da exigência de legitimidade comunicativa das ações políticas administrativas, Habermas desenvolve os conceitos de esfera pública e sociedade civil, com o propósito de refletir sobre as formas de circulação de poder no âmbito da sociedade e, ainda, sobre os obstáculos que os fluxos comunicativos precisam enfrentar para transformar o poder comunicativo em poder administrativo.

A esfera pública, que não pode ser concebida como uma instituição, nem como sistema ou organização, pois não há uma estrutura normativa de atuação; é o espaço da opinião pública que funciona como “uma rede para a comunicação de conteúdos, tomadas de posição e opiniões, e nela os fluxos comunicacionais são filtrados e sintetizados, a ponto de se condensarem em opiniões públicas enfeixadas em termos comunicacionais” (Habermas, 2003b, p. 92). Trata-se de um ambiente comunicativo orientado pelo entendimento, e que reproduz o mundo da vida na forma de uma grande “caixa de ressonância” das vontades e opiniões da sociedade civil.

A sociedade civil, por sua vez, é constituída pela trama não-estatal e não-econômica, ancorada nas estruturas de comunicação da esfera pública e nos componentes sociais do mundo da vida. Refere-se às associações, organizações e movimentos sociais, e com capacidade de influência sobre a esfera pública política (Habermas, 2003b, p. 99).

O que nos chama atenção é a ideia de rede que ganha um sentido próprio na forma como Habermas está entendendo o conceito de esfera pública hoje.

E nesse sentido em particular nós poderíamos refletir sobre duas questões que necessitam ser pensadas no contexto da cultura digital. 1) Qual a configuração de “rede” presente na cultura digital? 2) Que tipo de legitimação política pode ser estabelecida a partir da cultura digital?

Seguindo a argumentação de Habermas, para a primeira questão, seria interessante discernir que tipo de domínio (administrativo ou comunicativo) prevalece na estruturação das “redes digitais”. O dinheiro e o poder, como expressão da racionalidade estratégica, continuam sendo hegemônico, e ainda exercem forte influência na vida das pessoas? Se a resposta for afirmativa, poderíamos dizer que as redes digitais, são formas mais rápidas de circulação de ideologias que conformam o modo de vida das pessoas na lógica de uma eficiência antes impensada. Se a resposta for negativa, que tipos de resistência comunicativa, de novas formas organização social nós podemos observar hoje?

No que concerne à segunda questão, os processos de formação da opinião pública, oriundos da cultura digital, parecem ter um alcance cada vez mais rápido e eficaz, principalmente pela sofisticação dos mecanismos de publicação das informações veiculadas pela internet. Agora, qual a legitimação política de tais informações? Elas representam os interesses de quem?

Habermas, ao revitalizar o conceito de esfera pública, no contexto da sociedade atual, o coloca como critério de legitimação das sociedades democráticas, que só tem valor efetivo pela força da opinião pública gerada nos espaços comunicativos e não burocratizados do mundo da vida. O que isso tudo significa, em termos de formação na era da cultura digital?

3. Conclusões: notas sobre Teoria Crítica e Formação na Era da Cultura Digital

O comportamento crítico e a orientação para a emancipação (Horkheimer, 1980) como princípios decisivos da Teoria Crítica da Sociedade, sobretudo, na forma como os intelectuais da Escola de Frankfurt a compreenderam, nos parecem ainda bastante instigantes, quando nos propomos a diagnosticar os problemas do nosso tempo.

Assim, a orientação para a emancipação, que está na base da teoria crítica, faz com que esta não se limite a descrever a realidade, mas também apontar

as possibilidades nela embutidas e não realizadas (Habermas, 2003a, p. 113). Ou como salienta Adorno em uma das suas últimas aulas, publicada sob o título Introdução a sociologia, “O melhor que podemos esperar é que nos seja facultada uma certa chance de maioria emancipatória através do objeto de que nos ocupamos e da liberdade de que dispomos para dele nos ocuparmos” (Adorno, 2008, p. 310).

Nesse universo teórico, cabe destacar os estudos sobre o impacto da tecnologia na vida privada e coletiva, empreendidos pela tradição intelectual dos autores da teoria crítica da sociedade em seus contextos específicos. O processo de reificação não só das forças produtivas e relações de produção, conforme diagnóstico estabelecido pela crítica da economia política de Marx, mas também da cultura, por ocasião do incremento das ciências e desenvolvimento das diversas tecnologias, registra um campo de investigação específico nas pesquisas conduzidas pela Escola de Frankfurt, com forte impacto nas análises desenvolvidas pelas ciências humanas, sobretudo, a partir da segunda metade do século XX, e que reverbera até hoje.

Nessa tradição intelectual, algumas categorias, devidamente adaptadas aos seus contextos específicos de análise, continuam muito atuais e ainda apresentam potencial crítico-investigativo, que nos parecem oportunas para a análise do objeto que estamos analisando. São elas: Experiência, Indústria Cultural, Sociedade Administrada, Tecnologia, Semiformação, Formação Cultural, Emancipação, Sistema, Esfera Pública, Reconhecimento, entre outras.

Cabe destacar ainda, o caráter dialético e a crítica imanente presente nos conceitos que originaram o desenvolvimento das categorias analíticas citadas. A título de exemplo, quando Adorno e Horkheimer (1985) analisam na Dialética do Esclarecimento, o sentido ambíguo da tecnologia na Sociedade Administrada eles afirmam: “no trajeto da mitologia à logística, o pensamento perdeu os elementos de reflexão sobre si mesmo, e hoje a maquinaria mutila os homens mesmo quando os alimenta” (Adorno e Horkheimer, 1985, p. 48). E ainda, em outra passagem da Dialética do Esclarecimento:

... a técnica, desde as origens da ciência moderna, foi desenvolvida como resultado de um saber prático, vinculado ao poder e à dominação: O saber que é poder não conhece nenhuma barreira (...) está a serviço de todos os fins da economia burguesa na fábrica e no campo de batalha (...) A técnica é a essência desse saber (...) o que os homens querem aprender com a natureza é como empregá-la para dominar completamente a ela

e aos homens. Nada mais importa. (...) O que importa é a operation, o procedimento eficaz (Adorno e Horkheimer, 1985, p.20).

No ensaio, Educação após Auschwitz, escrito em 1965, Adorno desenvolve, de forma ainda mais explícita, o caráter ambíguo da tecnologia:

Um mundo como o atual, em que a técnica ocupa posição-chave, produz pessoas tecnológicas, afinadas com a técnica. (...) Por outro lado, na relação atual com a técnica existe algo de exagerado, irracional, patológico (...). Os homens inclinam-se a considerar a técnica como algo em si mesma, um fim em si mesmo, uma força própria, esquecendo que ela é extensão do braço dos homens. Os meios – e a técnica é um conceito dos meios dirigidos à autoconservação da espécie humana – são fetichizados, porque os fins – uma vida humana digna – encontram-se encobertos e desconectados da consciência das pessoas. (Adorno, 1995, p. 132).

Herbert Marcuse, em sua obra “Tecnologia, Guerra e Fascismo”, é muito claro ao conceber a tecnologia como um processo ambíguo e social. Ele não fala sobre a tecnologia como transformadora do indivíduo, mas sim da forma como a tecnologia pode ser usada como instrumento de dominação e controle, sendo manipulada pelos próprios indivíduos para este fim. Ele considera que a tecnologia detém poder na medida em que “A técnica pode promover tanto o autoritarismo quanto a liberdade, tanto a escassez quanto a abolição do trabalho árduo” (Marcuse, 1999, p.74).

Pierre Lévy, em sua obra Cibercultura, também nos mostra seu ponto de vista em relação às novas tecnologias: “Por trás das técnicas agem e reagem ideias, projetos sociais, utopias, interesses econômicos, estratégias de poder, toda a gama dos jogos dos homens em sociedade, portanto, qualquer atribuição de um sentido único à técnica só pode ser dúbia” (Lévy, 1999, p.19).

Esse caráter ambíguo da técnica, e que assume em Benjamin (1985a e 1985b), Adorno e Horkheimer (1985), Marcuse (1999), e também em Habermas (1968), um sentido estritamente ideológico, com vistas à transformação da sociedade capitalista, necessita ser analisado no contexto da sociedade atual, sobretudo, em termos da intencionalidade política dos modelos formativos. A esse respeito, o conceito de esfera pública, que é central nas análises de filosofia política do pensamento de Jürgen Habermas constitui-se como uma chave analítica importante, sobretudo no contexto das chamadas sociedades democráticas, já que segundo Habermas (2005b), a esfera pública continua sendo um espaço público propício ao discurso racional e crítico, de

modo que seu papel implica influência e legitimação de poder político.

O que seria importante destacar é o fato das tecnologias digitais avançarem em uma velocidade tão rápida que criam uma crise de instabilidade. Sendo assim, as implicações na sociedade e suas formas de organização ficam difíceis de serem vistas, e é justamente isso que nos causa o espanto frente às inovações.

Cabe salientar ainda, que o potencial formativo das informações, mesmo que não tenham de imediato uma intencionalidade pedagógica e /ou formativa, podem influenciar a ideologia e o comportamento do indivíduo se não forem organizadas e processadas de maneira adequada, impondo às pessoas valores e destruindo sua autonomia. Segundo Zuin:

A convergência dos textos, números e sons em imagens que se substanciam em arrebatadores estímulos audiovisuais promove, paradoxalmente, a dispersão da concentração, uma vez que as informações conectadas são substituídas por outras, por meio do ritmo alucinante das trocas de links. A pausa necessária para que o conhecimento possa ser, digamos, digerido, rarifica-se cada vez mais, na medida em que a concentração é pulverizada para, logo em seguida, se reconfigurar momentaneamente, até que outro link seja acessado (Zuin, 2010a, p. 969).

É a partir dessas análises que identificamos a necessidade de uma reflexão crítica sobre o impacto das tecnologias digitais nos processos de ensino e aprendizagem, sendo que a reprodutibilidade técnica e o consumo imediato de informações fragmentadas podem atrofiar, conforme Benjamin (1985a), a experiência no seu sentido autêntico. Tal fato causa um impacto na vida social e essa passa a ser produzida, conforme os mecanismos ideológicos de controle da “indústria cultural”.

Com tais mecanismos da cultura produzida industrialmente, e dado o seu caráter sistêmico, parece que não há alternativa senão nos adaptar, já que ser bem sucedido tornou-se equivalente ao adaptar-se, conforme bem argumentou Horkheimer em “O eclipse da Razão” (1999). Os sistemas dominantes não mais se mantêm por meio da força, mas por adesão voluntária do povo que é atraído e seduzido. Esta mecânica herdada pela racionalidade das máquinas, que passa da ordem tecnológica para a ordem social, modifica todas as estruturas da sociedade. Nesse sentido, os indivíduos perdem sua individualidade não mais por coerção externa, mas movidos pela própria

racionalidade que os envolve, Tal como afirma Pedro Goergen:

Encontramo-nos no limiar entre, de um lado, um mundo da vida totalmente manipulado ao gosto dos interesses hegemônicos, isolado da esfera pública e, de outro, um mundo da vida capaz de resistir e de preservar as relações entre a esfera privada e a esfera pública. Sabendo que o espaço da opinião pública depende dos impulsos vindos da elaboração privada de problemas sociais que têm ressonância na vida individual, cabe investir na formação da consciência política dos cidadãos. Essa é uma questão fulcral para a constituição da democracia e é nela que se torna perceptível o sentido mais profundo disso que Paulo Freire expressou ao dizer que toda educação é política. A isso se relaciona também, a luta pela preservação da educação como bem público de responsabilidade do Estado Democrático. (Goergen, 2008, p. 70).

Diante do inequívoco poder de controle exercido pela racionalidade tecnológica, e também segundo Adorno, pela Semiformação (2010), que parecem se intensificar com a cultura digital, que sentido estamos atribuindo à nossa formação? Essa é, no meu modo de entender, a questão fulcral que precisa ser tematizada pela esfera pública hoje.

Referências

Adorno, T. (2010). Teoria da Semiformação. tradução de Newton Ramos de Oliveira. In: Pucci, B., Zuin, A. & Lastoria, Luiz (orgs.). Teoria Crítica e Inconformismo: novas perspectivas de pesquisa. Campinas: Autores Associados.

Adorno, T. W. (2008). Introdução à Sociologia. São Paulo: Editora da Unesp.

Adorno, T. W. (2005). Educação e Emancipação. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Adorno, T. W e HORKHEIMER, M. (1985). Dialética do Esclarecimento. Rio de Janeiro.

Belloni, M. L. (2010). Mídia-educação e Educação a Distância na formação de professores. In: Educação à Distância: desafios contemporâneos. Orgs. Daniel Mill e Nara Maria Pimentel. São Carlos: EdUFSCar, pp. 245 – 266.

Benjamin, W. (1985a). *Experiência e Pobreza*. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. In: *Obras Escolhidas: magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense.

Benjamin, W. 1985b). *A obra de arte na era da sua reprodutibilidade técnica*. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. In: *Obras Escolhidas: magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense.

Cabot, M. (2007a). *Más que palabras: estética em tiempos de cultura audiovisual*. Múrcia, Es: Cendeac, 2007.

Cabot, M. 2007b). *Podrías vivir sin esta imagen? Anotaciones para una Teoria crítica de la cultura audiovisual*. Disponível em www.mateucabot.net.

Castells, M. (1999). *A sociedade em rede – Tradução: Roneide Venâncio Majer*. *A era da informação: economia sociedade e Cultura*; V. 1. São Paulo. Paz e Terra.

Fiori, J. L (1995). *Globalização, Estados Nacionais e Políticas Públicas*. In: FIORI, J. L. *Em busca do dissenso perdido; ensaios críticos sobre a festejada crise do Estado*. Rio de Janeiro: Insigth.

Goergen, P. (2008). *Ação Comunicativa, Democracia e Educação* in SGRÓ, Margarita (Org.). *Teoría Crítica de la Sociedad, Educación, Democracia e Ciudadanía*. Tandil: Editora da UNICEN.

Habermas, J. (2005). *Entre Naturalismo Y Religión*. Madrid: Technos.

Habermas, J. 2003a). *Direito e democracia: entre facticidade e validade*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. Volume 1 e 2003b – volume 2.

Habermas, J. 2003b). *Direito e democracia: entre facticidade e validade*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. Volume 2.

Habermas, J. 1994). *Mudança Estrutural da Esfera Pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

Habermas, J. 1968). *Técnica e Ciência como Ideologia*. Lisboa: Edições 70.

Horkheimer, M. (1999). O Eclipse da Razão. São Paulo: Editora Centauro.

Horkheimer, M. (1980). Teoria Tradicional e Teoria Crítica In: Horkheimer, M. Textos Escolhidos. São Paulo: Abril Cultural.

Lévy, P. (1999). Cibercultura. São Paulo: Editora 34.

Lévy, P. (1996). O que é o virtual. São Paulo: Editora 34.

Marcuse, H. (1999). Tecnologia, Guerra e Facismo. Tradução de Maria Cristina Vidal Borba; revisão de tradução Isabel Maria Loureiro. São Paulo: Fundação Editora da UNESP.

Negt, O., Kluge, A. (1999). O que há de político na política? São Paulo: Editora da UNESP.

Martins, S. O. (2010). A esfera pública: dos salões à rede virtual in: BORGES, Bento, GOMES, Luiz Roberto e Jesus, Osvaldo Freitas de. Direito e Democracia em Habermas: Pressupostos e temas em debates. São Paulo: Xamã.

Pimentel, N. (2010). Educação Superior a Distância nas universidades públicas no Brasil. In: MILL, Daniel; Pimentel, Nara Maria. Educação a Distância: desafios contemporâneos. São Carlos: Edufscar.

Santos, E. (2010). Educação online para além da EAD: um fenômeno da cibercultura. In: SILVA, Marco; Pesce, Lucila e Zuin, Antônio. Educação Online. Rio de Janeiro: Editora Wak.

Santos, L. G. dos (2003). A tecnociência no centro da discussão (embora ela não goste). Jornal da Unicamp, edição 240 – de 8 a 23/12/2003;

Schaff, A (1985). A Sociedade Informática. Tradução de Carlos Eduardo Jordão machado e Luiz Arturo Obojes. 2ª ed. São Paulo: Editora UNESP; Editora Brasiliense, 1992. 157p. edição original.

Silva, M.; Pesce, L. e Zuin, A. (2010). Educação Online. Rio de Janeiro: Editora Wak.

Silva JR, João dos Reis; Kato, Fabíola B. Grello; Santos, Silvia Alves dos (2010). Políticas Públicas para formação de professores a distância: implicações políticas e teóricas. In: SOUZA, Dileno D. L. de; SILVA JR., João dos Reis; Floresta, Educação a Distância: diferentes abordagens críticas. São Paulo: editora Xamã.

Türcke, C. (2010). Sociedade Excitada: filosofia da sensação. Campinas: editora da Unicamp.

Zuin, A. A. S. (2010a). O plano nacional de educação e as tecnologias da informação e comunicação. Revista Educação e Sociedade. Campinas, v. 31, n. 112, p. 961-980, jul.-set. 2010a. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 02/04/2012.

Zuin, A.A.S.; Pesce, L. (2010b) Razão instrumental, emancipação e formação online de educadores. In: Silva, M.; Pesce, L.; Zuin, A.A.S. (orgs.). Educação Online: cenário, formação e questões didático-metodológicas. Rio de Janeiro: Wak Ed., 2010b.